

"ECONOMIA SOLIDÁRIA" : SOLUÇÃO OU SOFISMA?

L. C. Pinheiro Machado(*)

C. Ribas(**)

*“Eine Lüge Die Tausend Mal
Wiederholt Wird Verwandelt Ich
In Wahrheit”¹*

Göbbels, chefe de propaganda do
III Reich, de Hitler

Ao examinar a formação social capitalista, Karl Marx assinalou, de forma definitiva, uma de suas características imanentes: a necessidade de revolucionar-se permanentemente. A história tem demonstrado ser esta uma lei de ferro do capital, pródigo em novidades, tanto na esfera da produção como na de relações sociais. Evidentemente que este permanente “novo” produzido aparece, invariavelmente, constrangido aos estreitos limites do velho, o que atualiza a máxima lampedusiana, segundo a qual é necessário que tudo mude, para que tudo permaneça como está. Assim o capitalismo tem, ao longo do seu desenvolvimento histórico, se metamorfoseado segundo as necessidades ditadas por suas crises cíclicas. Entre suas transformações mais dramáticas pode-se mencionar, para ficar em apenas dois ou três exemplos, o fascismo, o nazismo e a versão contemporânea de toda a sua miséria e opressão: o neoliberalismo. Ou, segundo uma leitura mais precisa, um neoconservadorismo truculento, brutal e arrogante em escala global.

É exatamente no âmbito desta agenda de crise orgânica, que viceja um novo e enganador modismo, na forma de um “novo circuito econômico”: a economia solidária.

Concebida para atuar fora da esfera estatal e em paralelo à economia mercantil, a economia solidária funda-se “na tradição familiar, na economia camponesa, no trabalho por conta própria, artesanal, nas cooperativas e empresas autogestionárias” (Lisboa, 1997, p.83)

Ou, como argumenta Galvão (in Lisboa, 1999):

“... enfrentar problemas mediante a ação direta, o esforço coletivo e recursos próprios, implicando relações e valores solidários” (1999, p. 113).

¹ “Uma mentira repetida mil vezes transforma-se em verdade”.

(*) Doutor em Agronomia, professor catedrático aposentado pela UFRGS e professor titular aposentado pela UFSC

(**) Doutor em Sociologia, professor da UFSC.

Mance, ao antever na economia solidária uma espécie de ante-sala de uma nova sociedade, assegura tratar-se de:

“novas relações de propriedade e de trabalho que estão surgindo, onde não há acumulação de lucro privado, mas sim, reinvestimento para o crescimento da rede, buscando o bem viver de todos” (1999, p. 21).

Lisboa esclarece ainda que

“... (é) importante distinguir a economia solidária (atividades econômicas onde não predomina a ótica do mercado) da economia informal, isto é, as atividades de economia solidária são tanto formais quanto informais, sendo geralmente realizadas no contexto comunitário, onde se criam laços não maximizados pelo lucro” (1999, p. 76).

E, prossegue o autor, sinalizando as diferenças entre a economia mercantil convencional:

“o lucro está presente, mas é um lucro social, ou seja, estas atividades não estão totalmente sujeitas ao mercado, mas interagindo com o mesmo (...) as pessoas satisfazem suas necessidades quotidianas de forma autônoma, sem depender de redes de filantropia” (id., p. 77).

O objetivo central da economia solidária, pelo que a leitura de seus proponentes indica, seria a geração de possibilidades econômicas destinadas a reintegração dos “excluídos” pela ordem neo-liberal, de forma que passassem a pertencer novamente ao processo de produção e, portanto, com possibilidade de trabalho e de renda.

Lisboa sugere as possibilidades não só de expansão quase ilimitada da economia solidária, mas como gémen de uma nova sociedade, já que veria nessas iniciativas a possibilidade de constituição de uma

“força política quanto a sua dimensão intersubjetiva, pois o fato de um grupo vivenciar experiências de apropriação coletiva da produção, possibilita a construção de uma identidade e um ideário social comum (...) se os empreendimentos de economia solidária conseguirem superar as dificuldades relacionadas com o seu reconhecimento e a aceitação de sua relevância econômica e social, eles poderão formar um setor econômico expressivo, regido por uma lógica diferente da do capital e, até mesmo, propiciar uma transformação no sistema sócio-econômico vigente” (id., p.86).

Galvão (in Lisboa, 1999) vem ao encontro destas possibilidades históricas da economia solidária ao propor uma confusa “competição sistêmica” entre diferentes modos de produção, ou

“a competição entre um modo de produção movido pela concorrência intercapitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade” (1999, p.122).

Estaríamos portanto, frente a uma nova e idílica agenda para a luta política contra a ordem capitalista, segundo a qual o crescimento quantitativo de grupos produtores autônomos poderia gerar uma espécie de nova síntese prática que, num certo momento histórico operaria uma mudança qualitativa, de tal sorte que pudesse constituir-se como uma alternativa destinada a suplantar o próprio capitalismo, tanto na cidade como no campo, isto é, seria algo como os pequenos destruindo as multinacionais. (...) Ainda que de uma forma um pouco tímida, propugna-se a economia solidária como modalidade de organização da produção, que poderia, caso bem sucedida, converter-se em uma estratégia de transição ao socialismo.

Aqui é preciso deixar claro que este ensaio não pretende colocar sob julgamento iniciativas meritórias que visam encontrar possibilidades de redenção econômica para milhões de homens e mulheres da cidade e do campo, expulsos do trabalho formal pelos imperativos da acumulação capitalista. O que anima a feitura deste texto é a tentativa de contribuir para esclarecer a confusão ideológica e política presente neste debate, confusão esta, nem sempre bem intencionada.

Como as proposições da economia solidária abrangem atividades econômicas no campo e na cidade, é preciso examinar a questão nesses dois aspectos, ainda que rapidamente.

É comum encontrar entre os apologistas da economia solidária o argumento segundo o qual a produção realizada pela agricultura familiar é a que “alimenta o povo”. Aqui há, claramente, uma mentira, e um engodo.

Se tomarmos alguns itens dos mais freqüentes na dieta popular, em geral constantes de programas de cestas básicas, encontraremos, entre outros: arroz, feijão, açúcar, leite (em pó), farinha de trigo, óleo de soja, carne de frango ou suíno. Nenhum destes alimentos é oferecido ao mercado pela pequena unidade de produção agrícola em escala capaz de satisfazer mesmo uma parcela da demanda. Muito pelo contrário, são

produzidos por gigantescos complexos agroindustriais, nacionais ou multinacionais, quando não são simplesmente importados (como acontece com o feijão, o arroz, o leite em pó e o trigo).

O Quadro 1 elucida adequadamente esta questão.

Quadro 1 – Produção agrícola (diversos) segundo estrato por área de produtor no Brasil

<i>Estrato (em Área/ ha)</i>	<i>PRODUTO (em 1.000 t)</i>									
	Arroz		Feijão		Trigo		Milho		Mandioca	
Menos de 10	638	7,92%	545	26,40%	35	2,44%	2.180	8,54%	3.187	35,03%
11 a 100	1703	21,16%	920	44,57%	615	42,92%	9.150	35,87%	4.552	50,03%
101 a 1000	3225	40,07%	421	20,40%	626	43,68%	9.130	35,79%	1.160	12,75%
1001 a 10.000	2101	26,11%	199	9,64%	156	10,89%	4.578	19,94%	192	2,11%
Mais de 10.000	381	4,73%	17	0,82%	0,2	0,01%	471	1,85%	8	0,09%
BRASIL	8.048	100%	2.064	100%	1.433	100%	25.511	100%	9.099	100%

Obs. As porcentagens expressam a participação de cada estrato no total produzido.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995-1996

Sobre os dados constantes do Quadro 1 é preciso esclarecer:

- esta tabela compila dados publicados em 95-96 (portanto, coletados há quase 10 anos); desde então tem havido uma forte concentração de propriedade, com exclusão crescente dos “produtores familiares”;
- a produção de feijão está se deslocando rapidamente para grandes propriedades em função do avanço tecnológico para a mecanização da cultura;
- com exceção da mandioca, parte do abastecimento do mercado nacional é feito com produtos importados.

Relativamente à produção de leite, o Quadro 2 indica adequadamente o caráter meramente supletivo da produção em pequena escala, ao levar-se em conta as necessidades de alimentação do povo.

Quadro 2 – Produção de leite, segundo estrato de vacas ordenhadas, por produtor, no Brasil

N.º de vacas ordenhadas	PRODUÇÃO (em 1.000 l)	
1	380.496	2,12%
2	685.170	3,82%
3 a 5	2.110.337	11,77%
6 a 10	2.910.328	16,23%
11 a 20	3.566.972	19,89%
21 a 30	2.354.370	12,13%
31 a 50	2.598.091	14,49%
51 e mais	3.325.485	18,55%
BRASIL	17.931.249	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1995-1996

O Quadro 2 aponta, de forma inequívoca, a escassa relevância quantitativa da produção de leite em pequenas propriedades. A irrelevância desta da participação da pequena escala torna-se ainda mais patente caso se considere o Quadro 3:

Quadro 3 – Importação de alimentos básicos em 1996

Produto	Importação (em t)
Leite e laticínios, ovos, mel, outros	586.010
Frutas	1.009.438
Cereais	8.028.614

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil -1997

O Quadro 3 mostra o enorme volume de alimentos importados, num assombroso e inexplicável montante superior a 10.000.000 de toneladas, num país com a extensão como o Brasil, com a fertilidade do solo de país dos trópicos etc. Ademais, no volume do leite, há que multiplicar-se por 10, já que o importado é leite em pó.

Como se pode ver, o alimento produzido pela agricultura familiar é oferecido em quantidades ínfimas, de forma rigorosamente marginal ao grande comércio de alimentos, sem, nem de longe, nele influir. E mais, com uma forte tendência a desaparecer, em

função da perversa política das agroindústrias nacionais e internacionais. Tendo em vista a eloquência desses números –incontestáveis–, dizer que a pequena produção ou produção familiar responde pelo abastecimento de alimentos de primeira necessidade no Brasil é, pelo menos, ignorância das informações oficiais disponíveis. Por outro lado, trata-se de uma falácia mal intencionada, alimentada por aqueles segmentos que têm interesse em estimular os aspectos egoístas e individualistas da condição humana, para obscurecer ideologicamente as incomparáveis vantagens da produção coletiva e em escala.

Além do que, todas as estatísticas indicam que a atividade econômica camponesa de pequena escala tem se tornado crescentemente inviabilizada, quer por ausência de preços minimamente compensadores, preços que são controlados pelos complexos agroindustriais, quer pela utilização de práticas arcaicas tecnologicamente e agressivas ambientalmente, resultantes da irracionalidade levada à cabo pela chamada "revolução verde", codinome do pacote técnico, mercantil e ideológico que subordinou a agricultura brasileira aos interesses das multinacionais, produtoras de insumos de síntese química, máquinas e sementes.

Como outro fato resultante desses fatores encontramos as estatísticas de êxodo rural, de erosão/exaustão do solo, e o conseqüente agravamento da marginalização nos conglomerados urbanos.

O debate de economia solidária relacionado à atividade camponesa é prolífico na produção de textos destinados a desenhar mecanismos de articulação dessas micro unidades produtivas. O debate indica uma espécie e retorno à situação idílica de uma aldeia camponesa, autogestionária e autosuficiente. É preciso ter em mente que tais iniciativas se assentam sobre as bases mesquinhas do egoísmo e do individualismo da propriedade familiar, ou seja, não são portadoras de uma racionalidade realmente coletivista e radicalmente emancipatória. Iniciativas de cunho cooperativista ou de condomínio de produtores parecem conter, de forma invariável, uma tendência degenerativa imanente: a disputa encarniçada pela repartição dos lucros ou sobras, (conquanto existam!)².

Por elogiosas que possam ser (e nem sempre são, já que não raramente servem à oportunistas e aproveitadores), organizar a produção no campo a partir do “*small is beautiful*” choca-se de maneira frontal com a ordem hegemônica. Na Alemanha de 1945

² Isto tem sido constatado em várias iniciativas de produção coletiva orientadas pelos professores do Departamento de Zootecnia da UFSC; não raramente a disputa pela repartição dos escassos rendimentos tem ocasionado sua dissolução.

havia 1,5 milhão de camponeses, atualmente reduzidos a 500 mil, e com determinação explícita da Comunidade Económica Europeia de encurtar esta população a 300 mil trabalhadores do campo, no médio prazo. Saindo de um país de capitalismo desenvolvido e tomando um exemplo brasileiro: uma grande agroindústria catarinense conta atualmente com 15 mil fornecedores (pequenos, médios ou grandes produtores rurais que criam sobretudo suínos e aves) e tem como meta, ao lado de aumentar a produção, reduzir este número para 5 mil, como forma de racionalizar a produção facilitando seu controle em número três vezes menor de produtores.

A este respeito é preciso esclarecer que a diminuição da população rural não contém nada de episódico ou conjuntural. Muito embora a coalizão neoliberal-conservadora que tem governado o país nos últimos anos tenha dado uma grande contribuição para acelerar o processo dramático de anti-reforma agrária, a concentração da propriedade fundiária acompanha a lei geral de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, na medida em que este se desenvolve, mais aumenta a concentração e centralização da propriedade e da riqueza em cada vez menos mãos, enquanto que, por via de consequência, aumentam a privação e a miséria a um número crescente de pessoas. O fenómeno da concentração fundiária não foge a esta lei geral, qualquer lugar que se tome no mundo capitalista. O Quadro 4 ilustra de forma eloquente esta afirmativa.

Quadro nº 4 -Estrutura ocupacional no campo, em % %, em anos e países selecionados				
	População Rural			
País	1870	1920	1960	1995
Alemanha	49,5	33,5	13,8	3,0
EUA	50,0	28,9	8,0	2,7
França	49,2	43,6	21,4	5,1
Inglaterra	22,7	14,2	4,1	2,2
Japão	72,6	56,4	30,2	5,9

Fonte: OCDE, Quarterly Labour Force Statistics, vários anos (apud Pochmann, 1999)

Do ponto de vista ambiental, longe do discurso modista do ecologismo das ONGs³, acumulam-se evidências científicas de que a redução no uso de combustíveis fósseis e de seus efeitos ambientais perversos, está diretamente relacionado ao aumento das propriedades rurais e de sua exploração intensiva, à base de pasto, ou seja, uma menor taxa de poluição por unidade de produto (Subak, 1999).

Desde a perspectiva da política são notórios os incentivos oficiais concedidos à proliferação de microunidades produtivas em torno da agricultura familiar, incentivos dos quais o PRONAF é um exemplo emblemático. Recursos públicos no Brasil, nada irrelevantes, têm sido gastos em reuniões, seminários nacionais e internacionais e, “*last but not least*”, pequenas e médias fortunas sendo acumuladas por consultores, uma maneira elegante de designar os parasitas que sempre acompanham a abertura dos cofres do dinheiro público.

A academia, a universidade pública interessada num projeto histórico real e superior ao capitalismo, deve ter uma atitude política de respeito, solidariedade e apoio ao pequeno produtor rural, auxiliando-o tecnicamente em seu processo produtivo, mas deve, igualmente, guardar o necessário distanciamento crítico da manobra ideológica, não gratuitamente propagandeada pela grande mídia, que vê na sua articulação, na chamada economia solidária, possibilidade de promover a suposta nova sociedade, o “novo homem”. Há, entre essas posições, um distanciamento insuperável.

Na cidade, as práticas e os equívocos da economia solidária se reproduzem, “*mutatis mutandis*”.

³ Organizações Não Governamentais

Cooperativas de trabalho, para nos determos na modalidade mais perversa de ação pretensamente solidária, ao lado de escassas experiências bem sucedidas⁴, proliferam, sob a fachada de cooperativa, uma modalidade cínica de extração de sobretrabalho. Trata-se de hordas de aproveitadores que se registram como cooperativa e passam a mercadejar força de trabalho sem qualquer assistência ou proteção prevista pela legislação do trabalho, não respeitando sequer estes direitos mínimos. Constrangidas por suas necessidades de sobrevivência, milhares de pessoas no Brasil inteiro, submetem-se a esta modalidade obscena de exploração.

Além do cooperativismo, matriz institucional teoricamente mais apropriada para a ação econômica solidária, pode-se notar a emergência de iniciativas comunitárias na produção de bens de consumo e de serviço, invariavelmente anacrônicas tecnologicamente, portanto de escassas – senão nulas – possibilidades de constituir-se numa esfera econômica minimamente sólida, duradoura e competitiva. Trata-se, em geral, de pequenas unidades produtivas de pães, cucas, doces caseiros, artefatos elaborados de resíduos reciclados, comercialização de gêneros hortifrutigranjeiros sadamente produzidos, carne de frango e derivados de leite sem utilização de produtos químicos (agrotóxicos, adubos de síntese química e aditivos).

Aqui reside, sem dúvida, uma positividade, que é uma orientação presente em tais iniciativas – quando autênticas – para a proteção ambiental, produção e consumo de alimentos saudáveis, produzidos sem venenos. Ou seja, a ação solidária vem acompanhada de um importante apelo ecológico, à proteção da natureza e à economia de recursos naturais escassos (o que, inclusive, em muito se presta como grande motivador para o recrutamento de ingênuos).

Mais uma vez é preciso deixar claro: cabe à universidade pública empreender as ações de extensão visando solidarizar-se, a partir do seu aporte técnico-científico, com essas iniciativas, na medida em que podem representar alternativa de sobrevivência, ou seja, possibilidade de redução das condições de miséria de alguns trabalhadores expulsos da produção formal.

É igualmente necessário ter clareza sobre os limites da ação solidária, a confusão ideológica que vem promovendo e os equívocos analíticos que suscita.

Ao lado de pessoas bem intencionadas em aliviar o sofrimento humano, um tema desta natureza, quando emerge, costuma produzir inúmeros escritores sobre o assunto.

⁴ Um relato bem elaborado de uma cooperativa bem sucedida encontra-se em PEDRINI, 1999.

Muitas vezes pessoas que não têm experiência, conteúdo ou vivência em realidades tão complexas, arvoram-se em autores e, o que é mais lamentável, passam a ser “referência”, num esquema mediocrizado de reprodução ideológica deformadora.

Ao propor a economia solidária como caminho para superação do capitalismo, seus ideólogos promovem uma mistificação dotada de efeito desestruturante na organização da luta política historicamente conseqüente com a construção de uma nova ordem, que indubitavelmente é o socialismo.

Os governantes não economizam recursos e a mídia não mede espaços para dar curso a este discurso diversionista e enganador. Desde a perspectiva da ordem dominante é preciso estimular iniciativas que possam “pacificar as almas e aquecer os estômagos”, maneira eficaz de submeter a visão de mundo das classes subalternas a das classes dominantes.

Objetivamente não há possibilidade de mudança estrutural, por tímida que seja, a partir de ação econômica desta natureza: como imaginar uma esfera econômica autônoma, quando há total dependência de insumos materiais e técnicos gerados pelo monopólio, pelo latifúndio? Como conceber uma ordem na qual possamos cortar cabelo, aparar grama, produzir pão caseiro ou leite natural mutuamente, numa circularidade econômica viável? Como pensar em nos constituirmos num bloco hegemônico contra o latifúndio, contra o monopólio e contra o imperialismo a partir da ação solidária de pequenos e instáveis grupos isolados? Como pensar o enfrentamento concorrencial com a multinacional do leite, por exemplo, com produção artesanal ou semi-artesanal? É preciso não desprezar o fato de que há mais de seis bilhões de bocas a serem alimentadas no globo e não será com mini-produções que se poderá fazê-lo. Evidentemente que nosso argumento não está sugerindo a defesa da grande produção, seja no campo ou na cidade, nos moldes capitalistas. Muito pelo contrário, o que entendemos é que o desenvolvimento da tecnologia de produção socialmente produzida por gerações e gerações de cientistas e trabalhadores não pode concentrar todos os seus benefícios nos monopólios privados, nos oligopólios, latifúndios etc., e a reversão deste quadro é um imperativo que a história inexoravelmente irá promover.

Essas ações econômicas de pequena escala, por mais respeitáveis que possam ser, do ponto de vista humanitário, destinam-se a operar exclusiva e irreversivelmente nos estreitos limites dados pelas “franjas” do processo produtivo hegemônico. Como sugere Machado:

“Sem a construção de um movimento político-cultural desse tipo (a partir dos conteúdos ideológicos clássicos da luta socialista), não vejo como os “implantes socialistas” existentes escapariam da tendência a se descaracterizar e a ser engolidos pelo mercado (...)” (2000, p. 61).

É preciso entendermos a economia solidária como um programa inspirado, inscrito e submetido à agenda neoliberal e que, portanto, é portadora de uma dialética negativa de conteúdo essencialmente reativo à agressividade e à arrogância com o qual o capital investe contra as conquistas históricas dos trabalhadores. Compreende-se assim, que organismos multinacionais, Banco Mundial à frente, e mesmo empresas e bancos privados, nacionais e multinacionais, designem em seus orçamentos quantias não desprezíveis para financiar ONGs que operam neste campo. Boa parte de seus ideólogos viajam alegres pelo mundo todo, participam de conferências internacionais, seminários, colóquios. Quem os financia? A quem prestam contas? Em muitos casos as respostas a estas duas prosaicas questões nos causariam engulhos.

Ressalvando as exceções de sempre, Petras nos parece captar bem o fenômeno avassaladoramente crescente das ONGs:

"Este novo fenômeno das ONGs é muito nefasto. É uma nova forma de intervenção, porque intervém na base. O Fundo Monetário Internacional (FMI) intervém nos ministérios de finanças e fazendas, controlando a macroeconomia, ao passo que as ONGs intervém na base, controlando o microsocial" (1996, p. 10).

Segundo esse autor, não há espaço ou tempo para a pobreza no projeto chamado neo-liberal. No entanto, a existência e o crescimento da pobreza e da miséria não podem suscitar o aparecimento de pensamentos "pouco conformistas" (como diria GRAMSCI), que possa se transformar em um movimento que promova um questionamento coerente e radicalizado contra a "ordem". Para fazer frente a este "perigo", despendem frações infinitesimais de seus orçamentos para financiar ONGs, cujo papel central é, muitas vezes, veicular ideologicamente a mensagem de que os excluídos não estão desamparados. Ou, na expressão de Petras:

"Eu penso que a política da pobreza tem sua expressão nas ONGs, que não são não governamentais e não dispõem de vida própria. A grande maioria das ONGs funciona agora como os missionários do passado. Recebem subvenção do Banco Mundial, de governos da Europa e dos Estados Unidos e intervém onde há possibilidade de conflitos e 'brotes' de violência, tratando de substituir as organizações sociais e políticas ao enfocar seus esforços em micro-empresas. Tratam de cooptar os dirigentes e pô-los para trabalhar para as agências internacionais. Ou seja, despolitizam as pessoas. Constroem uma latrina ao invés de lutar por orçamentos para a saúde" (id. P. 11).

Algumas ONGs, ainda segundo o argumento de Petras, realizam um trabalho de grande relevância, notadamente as orientadas para a defesa dos direitos humanos. Mas não há como discordar do autor quanto à natureza essencialmente despolitizadora e anti-emancipatória da grande maioria destas organizações. Seu discurso e prática contribuem para a legitimação da "ordem" capitalista, numa fase histórica de agudização da barbárie. Para as empresas e organismos que as financiam, ficam ainda como vantagem:

- a restituição destas contribuições como deduções no imposto de renda; (o que leva a pensar-se em quem, de fato, financia as ONGs?);
- um excelente argumento mercadológico, na medida em que a empresa passa a ser 'vendida' ao mercado como organização dotada de preocupação com os pobres, originando 'balanços sociais' , entre outras hipocrisias.

Em resumo, aglutinar trabalhadores urbanos excluídos pelo capitalismo em torno de iniciativas que, ao menos potencialmente, e pelo menos por algum tempo, possa lhes garantir a possibilidade de algum trabalho e alguma renda; trabalhar para consorciar de alguma forma pequenos produtores rurais incapazes de promover sua reprodução social, são tarefas que a universidade tem o dever de prestar solidariedade.

Daí a atribuir à economia solidária, potencial histórico emancipatório corresponde a obscurecer a ideologia, inibir, desconhecer, negar e emascular a luta verdadeira: a luta socialista.

Não fazer esta distinção corresponde a demitir a política, demitir as classes sociais, e mais, demitir a luta entre estas classes, invariante subjacente estrutural do capitalismo que nenhum discurso de fim da história, fim das ideologias etc., logrou obscurecer.

Ao contrário disto, é cada vez mais urgente denunciarmos como farsa histórica a célebre TINA⁵ proclamada pelo Sra. Thatcher em 1981 (aliás a dirigente política responsável pela epidemia da vaca louca, como já amplamente provado). Precisamos – como sugeria Gramsci – “acelerar a história”, ampliando o debate e construindo na prática organizativa das classes subalternas a estratégia que dê conseqüências às tarefas necessárias à articulação de um bloco histórico que propugne pela construção de uma sociedade que represente nossa passagem “do reino da necessidade ao reino da liberdade”.

BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

1. IBGE, 1998 - Anuário Estatístico do Brasil, IBGE, Rio de Janeiro.
2. IBGE, 1998 – Censo Agropecuário – 1995-1996, IBGE, Rio de Janeiro, 366. 9
3. LISBOA, Armando M. A Economia Popular no Contexto da Grande Transformação. Texto para discussão. Departamento de Economia. UFSC, n. 7, 1997
4. LISBOA, Armando M. Empresa Cidadã: nova metamorfose do capital? Florianópolis, Ed. Cidade Futura, 2000.
5. MANCE 1999. Euclides André. A revolução das Redes: a colaboração solidária como alternativa à globalização atual. Petrópolis, Vozes, 1999.
6. PEDRINI, Dalila. Entre Laços e Nós. Tese de Doutorado, São Paulo, PUC, 1998.
7. PETRAS, James. Entrevista concedida à Revista Plural- APUFSC – Florianópolis, 1996
8. PETRAS, James. Perspectivas de Libertação: alternativas para o Neo-liberalismo na América Latina. Florianópolis, Revista Plural, no. 7, 1996.
9. PINHEIRO MACHADO, L.C. Limites e possibilidades econômicas da pequena propriedade rural. Florianópolis, texto de circulação restrita, xerox, 2000.
10. POCHMANN, Márcio. O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo, Contexto, 1999.
11. SINGER, Paul. MACHADO, João. Economia Socialista. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 2000.
12. SUBAK, S. Global environmental costs of beef production. Ecological Economics, 30 (1999) 79-91.

⁵ "There is no alternative."